

| 16 | OS IMÓVEIS DA UNIÃO E GESTÃO SOCIAL DO PATRIMÔNIO: DESENVOLVIMENTO, PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA

Luiz Antônio Nigro Falcoski

Esta sessão propõe tratar do ordenamento, gestão e destinação do Patrimônio Fundiário/Imobiliário da União, visando atender a função socioambiental, as dimensões do desenvolvimento urbano e regional, os planos diretores participativos, a ampliação do acesso das populações vulneráveis a políticas e programas sócio-espaciais e culturais, e a democratização dos processos de gestão do território.

O patrimônio público é constituído por uma peculiar diversidade de imóveis (art. 20 da Constituição Federal) e sua gestão está a cargo da SPU – Secretaria do Patrimônio da União e as Gerências Regionais de cada estado da federação, vinculadas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Destaca-se a importância desse patrimônio, o fato de atualmente estar nele contido, parte dos imóveis não operacionais do setor ferroviário, acrescidos à SPU por força da Lei 11483/07, que encerra o processo de liquidação da Rede Ferroviária Federal – RFFSA.

Este trabalho tem como foco principal o estudo sobre o Estado de São Paulo, onde a ferrovia representou importante papel na organização do desenho de suas cidades. Neste sentido, a destinação dos imóveis não operacionais pode implicar em diretrizes de políticas estratégicas de desenvolvimento urbano, que podem ser premissas na definição das concessões pelo órgão competente pela gestão do Patrimônio da União. Abrem-se perspectivas de dinamização das economias locais e regionais com o direcionamento de bens aos programas de habitação social, reabilitação urbana, sistemas de circulação e transporte, preservação da memória e identidade, entre outros.

Desenvolveu-se uma proposta conceitual e metodológica denominada de SIGPATRI-Sistema de Gestão do Patrimônio da União, para o inventário, cadastro, gestão e destinação dos imóveis públicos ferroviários e outros ativos imobiliários da União, concluída pela pesquisa em políticas públicas da FAPESP – Fundação de Amparo a Pesquisa no Estado de São Paulo – coordenada pela UFSCar, e participação institucional da UFABC, UFPE, UNESP (Campus Bauru, Araraquara) e UNIRP, em parceria com a Gerência Regional do Patrimônio da União no Estado de São Paulo – GRPU-SP e Unidade Regional de Inventariança da Rede Ferroviária Federal-RFFSA.

Neste momento de modernização gerencial do patrimônio público na expectativa de redirecionar e aperfeiçoar processos, instrumentos e procedimentos de políticas públicas e da função social e administrativa de uso e destinação destes bens, é fundamental a consolidação de parcerias para desenvolvimento de estudos e processos entre Secretaria Nacional de Patrimônio e Superintendências Regionais e as IFES-Instituições Federais de Ensino Superior distribuídas em todo o território brasileiro.

Face à complexidade do objeto propõe-se que nesta sessão livre, sejam apresentados e debatidos temas que estruturam questões fundamentais das pesquisas e de políticas públicas no que se refere à função jurídico-administrativa de gestão e destinação do patrimônio público e o desenvolvimento local e regional, especialmente com foco em regiões metropolitanas e aglomerados urbanos, e que aprofundem os debates realizados em eventos anteriores.

Palavras-chave: Patrimônio Público, Função Social da Propriedade, Políticas e Sistemas de Planejamento e Gestão, Instrumentos de Governança e Inovação Social

THE SET UP OF A GEOSPATIAL DATA SHARING SYSTEM AS AN ENABLING
STRATEGY FOR THE MODERNIZATION OF PUBLIC PROPERTY
MANAGEMENT IN BRAZIL- SEMINÁRIO INTERNACIONAL IBEA LONDRES
2011

Luiz Antonio Nigro Falcoski, Carolina Maria Pozzi de Castro, Paula Frascá

Resumo

Este artigo oferece elementos conceituais e metodológicos relativos à projeto de pesquisa em desenvolvimento (FAPESP No. 07/55262-9) sobre a destinação de imóveis de categoria de bens não operacionais do patrimônio público ferroviário no estado de São Paulo-Brasil.

A Rede Ferroviária Federal S.A - RFFSA foi extinta em 22 de janeiro de 2007 por força da Medida Provisória nº 353, convertida posteriormente na Lei nº 11.483/2007, ocasião em que seus bens imóveis não-operacionais foram transferidos para a União.

Em termos quantitativos, foram transferidos à União cerca de 52 mil unidades cadastrais correspondentes a terrenos e edificações não-operacionais da extinta RFFSA, distribuídos em 19 Estados e mais de mil Municípios em todo o país.

Cabe à Secretaria do Patrimônio da União - SPU, o gerenciamento dos bens imóveis não-operacionais oriundos da extinta RFFSA. Nos Estados, tal órgão é representado pelas Gerências Regionais do Patrimônio da União, às quais compete executar as atividades de incorporação e destinação desse patrimônio, promovendo a devida articulação com os entes interessados na utilização desses bens, bem como o controle dos imóveis transferidos e das destinações efetuadas.

A complexidade do processo de receber e gerir um patrimônio imobiliário dessa magnitude torna premente o aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento e gestão do patrimônio público, de modo a evitar que esse espólio se torne ocioso por um período muito prolongado, o que poderia onerar a União com os custos de manutenção, bem como torná-la não observadora do princípio básico da função social da propriedade pública.

Palavras-chave: Função Social da Propriedade, Gestão e Destinação do Patrimônio Público

INVENTÁRIO E DESTINAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS CULTURAIS DA REDE
FERROVIÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO: CONCEITOS E SISTEMAS DE
INFORMAÇÕES CADASTRAIS- CONGRESSO PLURIS 2010-FARO-PORTUGAL

Luiz Antonio Nigro Falcoski, Jane Travassos Alves Falcoski

Resumo

O Inventário pode ser entendido como um programa de pesquisa dinâmico e sistemático de conhecimento, identificação e caracterização das diversas manifestações, expressões e realizações culturais, nas esferas municipais, estaduais e federais. Configura-se como instrumento que tem como proposta a apreensão dos valores do patrimônio urbano, patrimônio cultural, patrimônio artístico, patrimônio ambiental, e tantos outros. Sinais de

avanço estão em privilegiar a visão do conjunto urbano, enfatizar aspectos históricos, sócio-culturais e urbanísticos das áreas inventariadas, por meio de análise do processo de ocupação do bairro e identificação de grupos sociais neste processo, além da identificação das formas de apropriação dos espaços e territórios. O aprofundamento das questões conceituais e metodológicas para orientar o inventário, cadastro e base de dados informacionais dos Bens Patrimoniais e Culturais da Rede Ferroviária no Estado de São Paulo é o objetivo de estudo a ser desenvolvido neste trabalho, como resultado parcial de projeto de pesquisa, financiada pela FAPESP. A partir de metodologias e fichas cadastrais de inventários já reconhecidos e apresentados pelo IEPHA/MG e IPHAN, propomos um roteiro de inventário com algumas categorias para caracterização das referências culturais de bens patrimoniais não operacionais da Rede Ferroviária referenciados aos espaços urbanos de municípios estudados. Em nosso trabalho sugerimos uma metodologia que priorize esta articulação do plano de inventário, criando um sistema de geoinformação para organização da base de dados e a consulta por parte dos órgãos públicos envolvidos na gestão patrimonial, tendo em vista as políticas de destinação e novos usos dessas áreas e bens culturais.

Palavras-chave: Patrimônio Público, Função Social da Propriedade, Inventário, Gestão e Destinação de Bens Culturais,

OS IMÓVEIS DA UNIÃO E GESTÃO SOCIAL DO PATRIMÔNIO: ATORES, ARENAS E ESTRATÉGIAS- XIV ENANPUR-RJ

Luiz Antonio Nigro Falcoski, Carolina Maria Pozzi de Castro

Resumo

Esta sessão propõe tratar do ordenamento, gestão e destinação do Patrimônio Fundiário/Imobiliário da União, visando atender a função sócio-ambiental, as dimensões do desenvolvimento urbano e regional, os planos diretores participativos, a ampliação do acesso das populações vulneráveis a políticas e programas sócio-espaciais e culturais, e a democratização dos processos de gestão do território. A realidade brasileira de gestão territorial carece ainda de adequada utilização e destinação dos bens públicos.

Destaca-se a importância desse patrimônio, o fato de atualmente estar nele contido, parte dos imóveis não operacionais do setor ferroviário, acrescidos à SPU por força da Lei 11483/07, que encerra o processo de liquidação da Rede Ferroviária Federal - RFFSA.

Este trabalho tem como foco principal o estudo sobre o Estado de São Paulo, onde a ferrovia representou importante papel na organização do desenho de suas cidades e, neste sentido, a destinação dos imóveis não operacionais pode implicar em diretrizes de políticas estratégicas de desenvolvimento urbano que podem ser premissas na definição das concessões pelo órgão competente pela gestão do Patrimônio da União, abrindo perspectivas de dinamização das economias locais e regionais, direcionando bens aos programas de habitação social, reabilitação urbana, sistemas de circulação e transporte, preservação da memória e identidade, entre outros.

A proposta de desenvolvimento de uma metodologia que facilite o diagnóstico e vocação dos imóveis públicos da orla ferroviária é objeto de pesquisa em políticas públicas da FAPESP - Fundação de Amparo a Pesquisa no Estado de São Paulo - em desenvolvimento pela UFSCar

Palavras-chave: Patrimônio Ferroviário, Função Social da Propriedade, Projeto de Políticas Públicas

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO:
EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS - 25 A 27 DE JUNHO 2012

Luiz Antonio Nigro Falcoski, Carolina Maria Pozzi de Castro, Patrick de Araújo Carvalho

Resumo

O evento proposto de título “I Seminário sobre Gestão Patrimonial - A gestão dos bens imobiliários públicos: o que as experiências nacionais e internacionais podem ensinar?”, será realizado em Brasília -DF, de 25 a 27 de junho de 2012, e reunirá pesquisadores, gestores públicos, representantes de organizações não governamentais, estudantes e demais interessados.

Tem como objetivo apresentar e debater experiências nacionais e internacionais, bem como os aspectos operacionais, os sistemas de planejamento e os instrumentos de base tecnológica, relevantes para apoiar a consolidação do novo modelo de gestão patrimonial pautado pela identificação ampla e fidedigna dos imóveis públicos sob domínio da União, sua adequada destinação e utilização para o cumprimento da sua função sócio-ambiental.

Sua proposição e realização é parte do desenvolvimento da pesquisa, de título “Inventário e diagnóstico dos bens não operacionais da RFFSA na rede de cidades paulistas e diretrizes de gestão patrimonial” (processo nº 07/55262-9), que atende ao Edital de Política Públicas FAPESP-2007, em sua fase de finalização e difusão dos resultados alcançados.

Palavras-chave: Gestão do Patrimônio Público, Modernização dos Sistemas de Gestão Patrimonial